

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: ALGUMAS INFERÊNCIAS SOBRE SUA IMPORTÂNCIA NA GERAÇÃO DE EMPREGOS NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG

Renata Graziela Massula
renata_massula@hotmail.com
FACESM

Mário Henrique Fernandes Silveira
mariofernandes90@gmail.com
FACESM

Luiz Fernando Mota
luiz14fernando@hotmail.com
FACESM

Antônio Suerlilton Barbosa da Silva
suerlilton@hotmail.com
FACESM

Resumo: O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise exploratória dos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para se inferir algumas conclusões sobre a participação das MPE's no emprego formal, tendo como foco de estudo o município de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no período 1985-2009. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza exploratória, uma vez que é orientada para a descoberta e por não possuir a intenção de testar hipóteses específicas de pesquisa. Para o alcance do objetivo proposto foram utilizados dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, pertinente ao tema de estudo que se mostram úteis por servir de background ao campo de interesse. Os dados atualizados sobre o impacto das MPEs na geração de empregos no município de Pouso Alegre/MG foram extraídos da RAIS. Os resultados mostraram a existência, no mercado de trabalho, do município de Pouso Alegre/MG, em 1985, de 797 estabelecimentos gerando 10.685 empregos. Já em 2009, esses números passaram a ser 3.271 estabelecimentos gerando 55.228 empregos. A análise mostra claramente que o maior crescimento dos vínculos empregatícios, tanto em números absolutos (23.461), como também percentuais (52,67%), ocorre em estabelecimentos de menor porte e isso é confirmado por uma segunda evidência, a que vem

da expansão do número desses estabelecimentos. Fica evidente que o aumento do número de estabelecimentos declarantes da RAIS esteve fortemente concentrado no caso das MPE's (2.474 e 99,75%), no período em estudo.

Palavras Chave: Estabelecimentos - Emprego formal - MPEs - RAIS - Pouso Alegre

1. INTRODUÇÃO

As microempresas e as empresas de pequeno porte, doravante MEs e EPPs, respectivamente, são de fundamental importância para a economia de um país, de uma região, cidade ou setor, tanto pela sua capacidade geradora de empregos, quanto pelo grande número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente (SILVA, 2006; LOPES FILHO, 2009; ROMERO, 2009). Estudos nacionais e internacionais corroboram essa importância, não só para a geração de empregos, como também para a diminuição das desigualdades econômicas. No Brasil as MEs e EPPs ou, simplesmente, micro e pequenas empresas (MPEs) representam um dos principais motores da economia, pelas características já citadas anteriormente e, também, por atuarem no combate à informalidade, causam um estímulo extra na competição econômica gerando novas oportunidades, auxiliam as grandes empresas nos processos e desenvolvimentos, que por sua vez ajudam essas MPEs a se organizarem e estruturarem com manuais e boas práticas administrativas (PUGA, 2002). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as MPEs correspondem a 98% das empresas formais.

O objetivo deste *paper* é realizar uma análise exploratória dos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para se inferir algumas conclusões sobre a participação das MPEs no emprego formal, tendo como foco de estudo o município de Pouso Alegre, em Minas Gerais, no período 1985-2009.

Na sequência desta introdução foi desenvolvido um referencial teórico com os seguintes tópicos: o tratamento do emprego pela teoria keynesiana; a relação entre crescimento econômico e emprego formal; e o papel das MPEs no crescimento econômico. Em seguida, vêm: a metodologia, os resultados alcançados e, finalmente, as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O TRATAMENTO DO EMPREGO PELA TEORIA KEYNESIANA

O início dos anos 2000 marcou uma forte mudança no comportamento do emprego formal o que aguçou a percepção de que o desempenho do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras não poderia ser estendido – sem maiores cuidados – ao restante do País (LOPES FILHO, 2009). Nesse contexto, passou-se a atribuir uma maior importância às MPEs por ocasião do surgimento de evidências empíricas do importante papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até mesmo em períodos de recessão (ARAÚJO, 2008). A teoria econômica debruçou-se na tentativa de explicar essa questão. Assim, as suas contribuições à temática do emprego podem ser classificadas em dois grandes grupos. O primeiro considera as questões relativas ao mercado de trabalho como decorrentes da sua própria dinâmica (emprego e desemprego). Neste grupo, a questão do emprego é de natureza microeconômica, associado ao funcionamento do mercado de trabalho. O paradigma neoclássico e suas extensões enquadram-se nesse grupo de pensamento, ao explicar o problema da falta de emprego como consequência da baixa lucratividade das firmas, determinada, por sua vez, pelo patamar excessivamente elevado dos salários reais. O segundo grupo considera o mercado de trabalho uma esfera subordinada ao ritmo de crescimento da economia¹. Neste grupo de autores, o fenômeno do emprego é de natureza macroeconômica, determinado tanto pelo nível de gastos, ou seja, pela demanda efetiva (pensamento

¹ O crescimento de uma economia ou o crescimento econômico de um país é definido pelo clássico Kuznets (1973) como o aumento da sua capacidade, em longo prazo, em ofertar à sua população bens econômicos cada vez mais diversificados, tendo como suporte uma tecnologia avançada e ajustamentos institucionais e ideológicos já existentes.



keynesiano), quanto pela dinâmica tecnológica (modelo marxista e corrente neoschumpeteriana).

Em Neves (1997), a relação entre o salário real e a lucratividade, segundo a tradição neoclássica, é um fator que pode limitar o produto da economia a um nível inferior ao do pleno-emprego da força de trabalho. Este autor explica que as firmas maximizam lucros igualando o custo marginal ao preço esperado, onde para um dado nível de salário real, obtém-se o nível de emprego que maximiza o lucro da firma, o qual pode ou não corresponder ao pleno-emprego da força de trabalho. Isso é corroborado por Keynes (1985) quando deduz:

[...] o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores (KEYNES, 1985, p. 30).

O desemprego clássico ocorre quando para um determinado nível de salário real, o nível da demanda de trabalho é menor que a oferta. Em um mercado de trabalho com perfeita flexibilidade, o excesso de oferta de trabalho sobre a demanda, pressiona o salário real para baixo, reduzindo assim o custo do fator trabalho (para um dado nível de produtividade), conduzindo a economia rumo ao pleno-emprego da força de trabalho. Qualquer empecilho ao livre funcionamento do mercado de trabalho pode levar à localização do salário real acima do nível que equilibraria o mercado (oferta igual demanda), causando desemprego.

Enquanto os clássicos acreditavam no funcionamento de uma economia em equilíbrio de pleno-emprego, Keynes (1985) desenvolve sua teoria para uma economia em equilíbrio com desemprego. Comparando a função da oferta agregada com a função da demanda agregada, Keynes (1985) afirma que o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção das duas funções, pois, neste ponto ocorrerá a maximização das expectativas de lucro dos empresários (CHILIATTO-LEITE, 2010).

Chiliatto-Leite (2010) chama a atenção no seguinte sentido: o pleno emprego em Keynes (1985) não significa plena ocupação de capacidade, mas se refere à ocupação de toda a oferta de trabalhadores no mercado de trabalho. As grandes linhas da teoria keynesiana podem ser expressas como seguem, nas palavras do próprio autor:

Quando o emprego aumenta, aumenta, também, a renda real agregada. A psicologia da comunidade é tal que, quando a renda real da comunidade aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato. Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego. Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do investimento corrente. O montante de investimento corrente dependerá, por sua vez, do que chamaremos de incentivo para investir, o qual, como se verificará, depende da relação entre a escala da eficiência marginal do capital e o complexo das taxas de juros que incidem sobre os empréstimos de prazos e riscos diversos (KEYNES, 1985, p. 31).

Em suma, no pensamento keynesiano, o desemprego resulta de um problema macroeconômico, qual seja, a insuficiência de demanda efetiva, e não porque o salário real é elevado, como propõe o paradigma neoclássico. É a propensão a consumir e o nível de investimento, portanto a demanda efetiva, que determinam o nível de emprego, sendo que este determina o nível dos salários reais, não o inverso. Ou ainda, se a propensão marginal a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio, expressa em termos de salários reais.

Esta análise nos oferece uma explicação do que Keynes (1985) denominou de paradoxo da pobreza em meio à abundância, pois a simples existência de uma demanda efetiva insuficiente pode paralisar, e frequentemente paralisar, o aumento do emprego antes de haver ele alcançado o nível de pleno emprego. A insuficiência da demanda efetiva inibirá o processo de produção, a despeito do fato de que o valor do produto marginal do trabalho continue superior à desutilidade marginal do emprego (KEYNES, 1985, p. 33).

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO FORMAL

O Brasil passou por profundas transformações durante toda a década de 1990 a partir da adoção das políticas macroeconômicas² voltadas para a inserção do país no capitalismo global. As consequências de tais políticas impactaram negativamente na taxa de crescimento do PIB e na taxa de emprego da mão-de-obra, que reduziu-se drasticamente nas grandes empresas, por conta do modo como se deu o ajuste no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, foram as empresas com até 99 empregados³ as responsáveis pela maior parte da geração dos empregos com carteira (GARCIA, *et al.*, 2010).

Nos anos seguintes, pelo menos até setembro de 2008, (início da crise econômica), este quadro desfavorável parece não ter persistido. Nesses anos, o crescimento econômico do Brasil foi robusto, com média de 4,4% a.a. em termos reais durante o período 2004-2007 e de 6,4 por cento de crescimento acumulado nos três primeiros trimestres de 2008. Além disso, houve uma recuperação importante dos níveis salariais e uma expansão do emprego, inicialmente tímida e mais acelerada a partir de 2003, do emprego formal. O desemprego caiu de 9,0 por cento em 2004 para 7,3 por cento em 2008, e o percentual de trabalhadores que contribuem para o sistema de seguridade social ultrapassou os 50 por cento em 2007, atingindo 52,1 por cento em 2008 e, mais uma vez, a participação das empresas de pequeno porte se destacam, em relação aos demais portes (IBGE, 2011).

No entanto, o início da crise internacional em setembro de 2008 interrompeu o crescimento econômico e teve um impacto imediato e nítido sobre o emprego. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, reduziu-se para 1,3 por cento (o que implicou uma redução de 3,4 por cento em relação ao trimestre anterior, ajustado sazonalmente) e houve uma perda líquida de 634.000 empregos formais no primeiro trimestre, em comparação com um ganho líquido de 10.400 empregos formais no quarto trimestre de 2007. Como resultado da recessão, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas pesquisadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) aumentou de 7,3 por cento no quarto trimestre de 2008 para 8,6 por cento no

² A crescente liberalização comercial, a desregulamentação do setor financeiro e do mercado de trabalho, a reformulação do papel do Estado, a revolução tecnológica e as novas formas de organização da produção.

³ Ver capítulo 3 (Métodos da Pesquisa).



primeiro e segundo trimestres de 2009 (IBGE, 2011). A Figura 1 mostra a trajetória do emprego formal nos anos de 1990 e nos anos de 2000 e, na sequência, a Figura 2 mostra a taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego por trimestre em porcentagem .

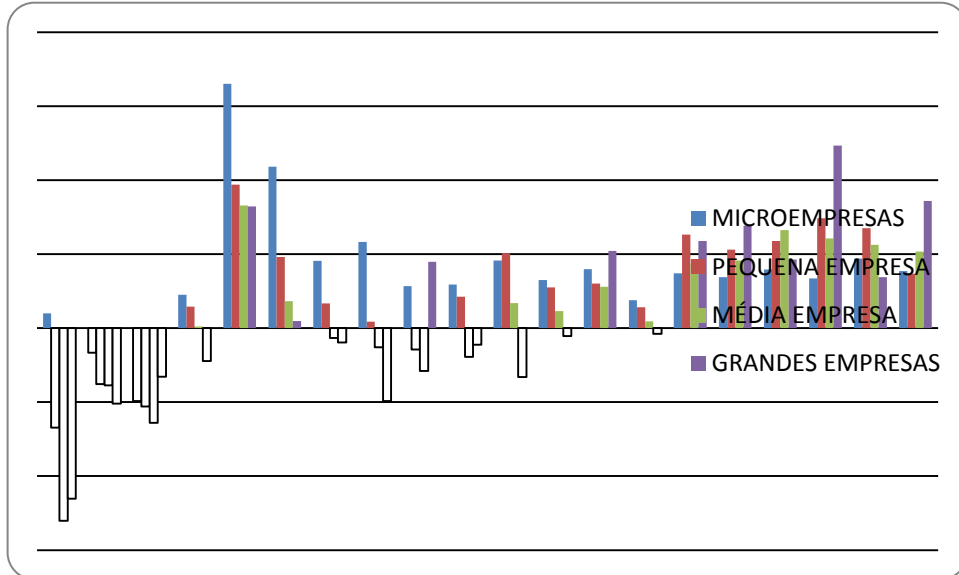


Figura 1: Evolução do Emprego Formal - Metrôpoles
Fonte: RAIS/MTE (1990 a 2008)

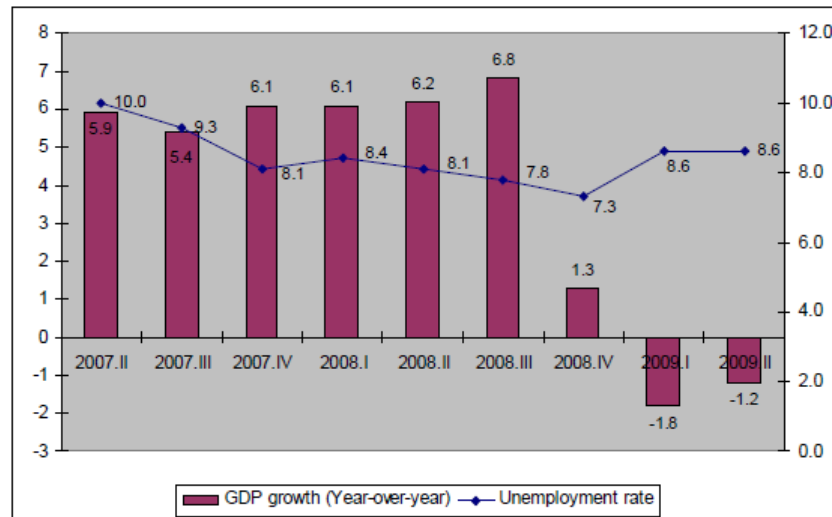


Figura 2: Taxa de crescimento do PIB e taxa de desemprego por trimestre em porcentagem
Fonte: (IBGE, 2011)



2.3 O PAPEL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A partir dos anos 1980⁴, o mundo passou a atribuir uma maior importância às MPEs por ocasião do surgimento de evidências empíricas de que em diversos países, o desempenho destas empresas estava superando o das grandes firmas. Esse reconhecimento está ligada à “mudança no paradigma tecnológico”, na qual se prioriza as inovações, sendo que Araújo (2008), aponta que as MPEs não replicam simplesmente o comportamento das grandes organizações, mas sim, atuam como agentes de mudança. Este mesmo autor diz ainda que esse reconhecimento tem aumentado devido ao fato do papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até mesmo em períodos de recessão. Ademais, diversos setores produziram maiores volumes de inovações que grandes empresas, provando dessa maneira, a capacidade de serem flexíveis e de rápida adaptação frente às mudanças tecnológicas (ARAÚJO, 2008).

O debate atual em torno da importância das MPEs na criação de empregos divide opiniões. Para Filho *et al.*, (2007) enquanto um grupo acha que o problema do crescente desemprego pode ser resolvido mediante o estímulo às micro e pequenas empresas, outro grupo acredita que o interesse por esse tipo de empresa é mais um modismo, motivado pela conjuntura econômica adversa em termos de criação de postos de trabalho.

A expansão do emprego nas MPEs não resulta da simples mudança setorial das economias capitalistas, tampouco dos efeitos do ciclo econômico. As causas do aumento do emprego nessas empresas decorrem de dois movimentos essenciais: a descentralização e a verticalização das grandes empresas e a intensificação do processo de formação de comunidades de pequenos produtores por meio dos distritos industriais ou de aglomerações regionais de empresas de pequeno porte (VILELA, 1994; FILHO *et al.*, 2007).

Filho *et al.*, (2007) chama a atenção para o fato de que mesmo concebendo-se as MPEs como organizações produtivas capazes de resolver parte do problema do desemprego, no entanto, deve-se ficar atento para a produtividade e a qualidade dos postos de trabalho gerados, pois, nas empresas de menor porte, geralmente, a jornada de trabalho é mais longa e os padrões de salubridade, segurança e salários são menores do que os verificados nas grandes empresas para trabalhadores idênticos. Soma-se a este fato a natureza das relações de trabalho inferiores nessas empresas, pois são menores o grau de sindicalização, a existência de conselhos de fábricas, a cobertura por contratos coletivos e a proteção legal. Por esses e outros motivos, deve-se estar atento quando da defesa das MPEs, pois, paralelamente pode-se estar contribuindo para a deterioração das condições de trabalho e da produtividade nessas empresas.

Quanto a essa questão Almeida *et al.* (2003) e Silva *et al.*, (2010) salientam que um desempenho econômico e social inferior das MPEs não está relacionado necessariamente às dimensões físicas das unidades de trabalho, pois isto pode decorrer do setor em que dada empresa opera e do tipo de relação que mantém com as médias e grandes organizações. Isto porque existe grande heterogeneidade tecnológica entre tais empresas, sendo ela maior entre setores. De um lado, estão setores altamente intensivos em mão-de-obra, que demandam trabalhadores com baixa qualificação e, do outro, empresas altamente flexíveis, com trabalhadores polivalentes e bem remunerados. Depois, a natureza das relações nas MPEs

⁴ A participação relativa das MPEs nos países é algo verificado atualmente, porém é possível destacar que Bortoli Neto (1980, p. 16) já afirmava na década de 80 que “constata-se que qualquer que seja o parâmetro adotado, a participação dessas empresas tem se situado sempre ao redor de 90% do total dos estabelecimentos existentes nos diversos países do mundo”.



entre si e entre outros grupos de empresas é também fator determinante para sua sobrevivência e eficiência produtiva.

Internacionalmente é reconhecida a importância das MPEs na geração de emprego, como também, na formação de divisas, nas diminuições das desigualdades regionais e na melhoria da renda. A forma como são elaboradas as políticas de apoio, contudo, depende da conjuntura econômica de cada país. Por exemplo, nos Estados Unidos, o apoio teve como finalidade assegurar o livre mercado; na Itália, a diminuição das desigualdades regionais entre norte e sul; em Taiwan, o direcionamento para a produção e incorporação de inovações tecnológicas; na Espanha, a geração de emprego e renda; no Japão, as inovações tecnológicas e a inserção dinâmica deste grupo de empresas nas cadeias produtivas; finalmente, no México, a integração entre micro, pequenas e médias empresas e as grandes empresas, visando à substituição de importações (PUGA, 2002; HILDEBRANDO, 2005; FILHO *et al.*, 2007 & ARAÚJO, 2008).

No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), desde 1972, incentiva o desenvolvimento das empresas de pequeno porte mediante cursos, facilidade de acesso a serviços financeiros, cooperação entre as empresas, organização de feiras e rodadas de negócios e apoio à atividades que tenham como finalidade aumentar a oferta de emprego e renda. O SEBRAE está presente em todas as unidades da Federação e sua missão é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo (SEBRAE, 2011).

Podemos, então, resumir a importância das MPEs nas palavras do World Bank (2011):

As Micro e Pequenas Empresas possuem pelo menos três contribuições para a economia. A primeira refere-se à criação de novos postos de trabalho e por essa razão, como ponto chave para o emprego e redução da pobreza. Em especial, os trabalhos criados pelas PME são mais consistentes em condições de relativa abundância de mão-de-obra e deficiência de capital, característicos de países em desenvolvimento. A segunda contribuição é que as mesmas são fonte de consideráveis atividades de inovação, o que contribui para o desenvolvimento do talento empreendedor e competitividade de exportação como base para uma futura expansão industrial. Finalmente, elas adicionam uma maior flexibilidade à estrutura industrial e promovem um grande dinamismo na economia.

3. MÉTODOS DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se por ser um estudo qualitativo, de natureza exploratória, uma vez que é orientada para a descoberta e por não possuir a intenção de testar hipóteses específicas de pesquisa (HAIR Jr. *et al.*, 2006). Como o problema de pesquisa deste *paper* está relacionado a participação das MPEs no emprego formal, no município de Pouso Alegre/MG, optou-se como ponto de partida o ano de 1985 (implementação do Estatuto da Microempresa, política de apoio às MPEs, que se desdobrou em várias outras, até o ano de 2006) e estender até 2009, quando há a disponibilidade dos dados da pesquisa.

Foram utilizados dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica, pertinentes ao tema de estudo que para Andrade (2010), se mostra úteis por servir de *background* ao campo de interesse.

A fonte primária das informações sobre o número de vínculos empregatícios e número de estabelecimentos foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Como base de dados, a RAIS é bastante usada (ALMEIDA *et al.*, 2003; MONTEIRO FILHA, 2003; ABIT, 2004; VIANA, 2005; RODRIGUES & MACHADO, 2006; SILVA *et al.*, 2006; PEREIRA & SILVA, 2006; CRUZ & SANTOS 2009; SILVA &

MARQUES, 2010), embora seja objeto de algumas limitações, como, por exemplo, o fato de abranger apenas o setor formal da economia. Outra limitação está no fato de que ela não enfoca o número de empregados e sim o de vínculos empregatícios, podendo uma pessoa ter mais de um vínculo.

Os dados aqui analisados referem-se ao município de Pouso Alegre/MG e ao grande setor de atividades econômicas⁵, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O recente ressurgimento do interesse nas MPEs contrasta fortemente com a impressão largamente difundida até há pouco tempo de que elas estariam fadadas a uma posição apenas marginal nas economias industrializadas maduras (VILELA, 1994 *apud* SILVA, 2006).

As empresas de pequeno porte possuem determinadas características que, no estágio atual de desenvolvimento do sistema capitalista, conferem-lhes um grau de importância que não possuíam há algumas décadas. Em linhas gerais elas aparecem como elemento comum a várias dimensões da competitividade das economias modernas, a saber: flexibilidade, complementaridade com as grandes empresas, capacidade exportadora e de geração de empregos.

As MPEs podem ocupar espaços na cadeia produtiva de grandes empresas, e podem se desenvolver e proporcionar o desenvolvimento entre elas a um só tempo. Segundo Amato Neto (2010):

As MPEs propiciam um lastro de estabilidade econômica e servem, em muitas situações de incertezas e de refluxo das atividades econômicas, como verdadeiros colchões amortecedores dos impactos da crise, tornando mínimos os seus efeitos negativos sobre as grandes empresas.

No Brasil existem diferentes formas de classificação. O critério de classificação por porte, adotado pela RAIS, é o número de vínculos empregatícios, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Classificação por Porte e Tamanho dos Estabelecimentos

Porte	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa
Emprega dos	0 a 4 5 a 9 10 a 19	20 a 49 50 a 99	100 a 249 250 a 499	Mais de 500

Fonte: RAIS/MTE.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e usando a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) para os 05 grandes setores do IBGE, verifica-se, pela Figura 1, abaixo, que entre 1985 e 2009, no município de Pouso Alegre/MG, a quantidade total de MPEs variou, positivamente, em 311,6%, sendo que as microempresas aumentaram em 325,8% e as pequenas em 167,1%. Quanto às empresas de maiores portes, a variação foi de 240% e 233,3% para as médias e grandes empresas, respectivamente.

⁵ Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária.

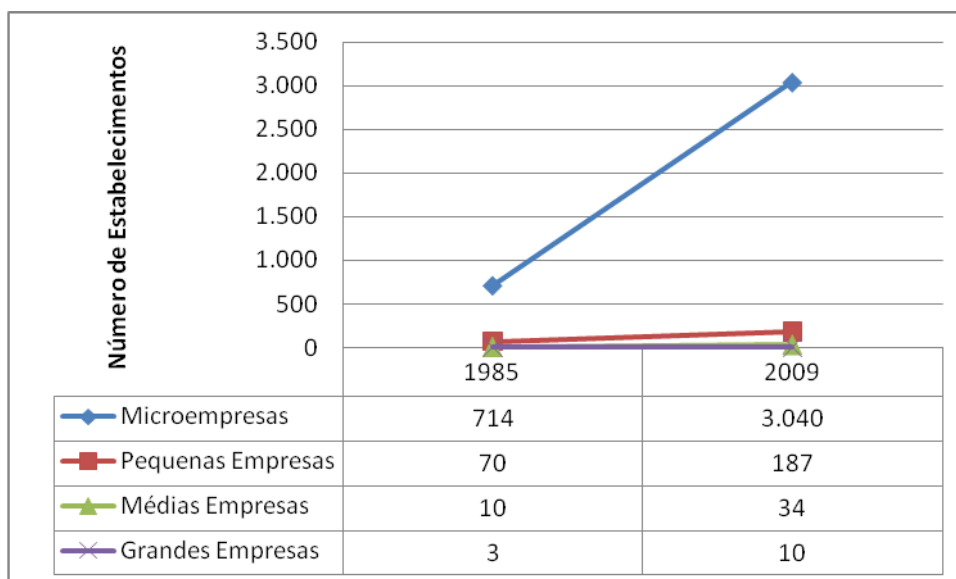


Figura 3: Evolução do Número de Estabelecimentos – Pouso Alegre/MG
Fonte: RAIS/MTE (2009)

Verifica-se, ainda, que o número de estabelecimentos sofreu variações em todas as categorias entre o período analisado. A categoria que apresentou variação mais expressiva foi a das microempresas. Os estabelecimentos de maior porte sofreram uma menor variação, com ênfase nas grandes empresas. Em termos relativos, as MPEs representaram 94,2% do aumento de estabelecimentos no período 1985-2009.

FIGURA 4: Evolução do Emprego Formal – Pouso Alegre/MG

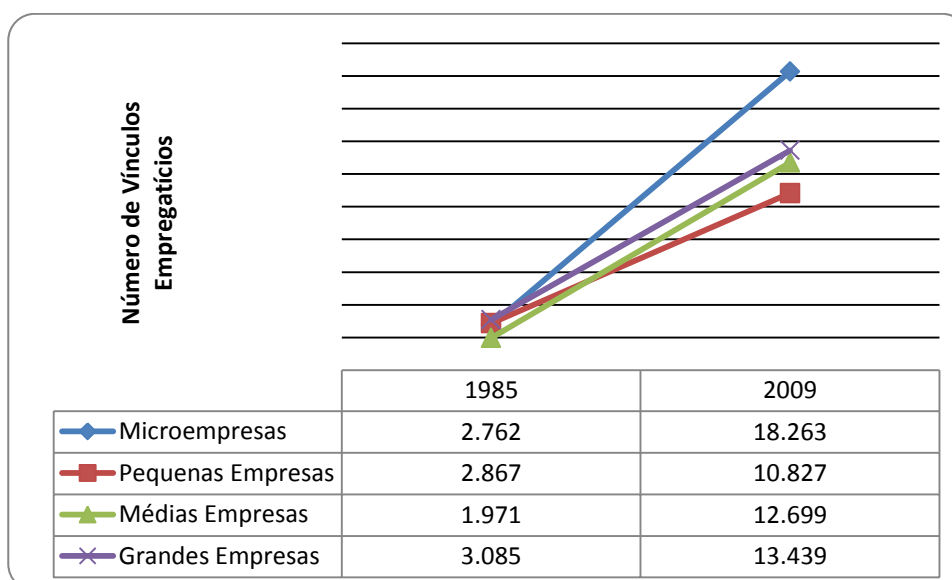


Figura 4: Evolução do Emprego Formal – Pouso Alegre/MG
Fonte: RAIS/MTE (2009).

Em relação aos vínculos empregatícios, de acordo com o que mostra a Figura 4, o número médio de vínculos, nas MPEs, foi de 978, no período 1985-2009, sobressaindo-se das médias e grandes empresas, respectivamente com 447 e 431. No acumulado do período as



MPEs foram responsáveis por 52,67% dos vínculos empregatícios, já as médias empresas, 24,1% e as grandes empresas, 23,2%.

Quando comparadas as variações médias do número de estabelecimentos e do emprego formal percebe-se, também, uma relação direta entre elas, as variações médias positivas do número de estabelecimentos, podem ser verificadas, também, no emprego formal.

Em outras palavras, considerando-se o período como um todo, percebe-se um padrão de comportamento articulado entre as variações médias de evolução do número de estabelecimentos e emprego formal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper* se propôs a avaliar a participação das MPEs no emprego, tendo como foco de estudo o município de Pouso Alegre/MG, no período 1985-2009. Para isso foram utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), relativos aos anos do período em análise. Dentre as explicações buscadas para se entender o movimento de expansão do emprego formal, acredita-se que dentre as várias aventadas, a criação, em 1996, do Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuição das Microempresas e de Empresas de pequeno Porte (SIMPLES ou SIMPLES Federal) e da sua Lei complementar 123/2006 (SIMPLES Nacional, Lei Geral ou Super SIMPLES), em 2006, parece ser a mais plausível. A simplificação e a redução da carga tributária trazidas por esse sistema, inovado ao longo do tempo, deixou claras suas vantagens, principalmente para as microempresas, reduzindo fortemente o que pagariam pelo regime alternativo de lucro presumido, apontando, assim, para um estímulo à utilização da mão-de-obra formal. As evidências mostram um vigoroso aumento no número de vínculos formais, como também, uma forte expansão no número de MPEs.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. B. et al.** Identificação e avaliação de aglomerações produtivas: uma proposta para o Nordeste. Recife: Banco do Nordeste, 2003.
- AMATO NETO, J.** Grandes oportunidades para as micro, pequenas e médias empresas. Disponível em <http://www.pro.poli.usp.br/sala_de_imprensa/clipping/grandes-oportunidades-para-as-micro-pequenas-e-medias-empresas>. Acesso em: 29 jun. 2012.
- ANDRADE, M. M.** Introdução à metodologia do trabalho científico. 10 ed. Atlas, São Paulo, 2010.
- ARAÚJO, A. L. L. de.** O impacto do SIMPLES no mercado de trabalho do setor industrial no nordeste do Brasil. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). CAEN, Universidade Federal do Ceará, UFC.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL (ABIT).** A geração de empregos na cadeia têxtil, uma análise dos dados de 2004. São Paulo: dez. 2004.
- BORTOLI NETO, A.** Tipologia de problemas das pequenas e médias empresas. Dissertação. 1980.
- CHILIATTO-LEITE, M. V.** Teorias da demanda efetiva: Keynes, Kalecki e algumas implicações. III Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. São Paulo, 2010.
- CRUZ, B. O. & SANTOS, I. R. S.** Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2007: uma visão regional da desindustrialização. *In* Emprego, trabalho e políticas públicas. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
- FILHO, S. C. R.; ALMEIDA, M. B.; SOARES, F. A.** O impacto do SIMPLES na geração de empregos na cadeia têxtil *in* Desigualdades e Políticas Regionais. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2007. 302 p.
- GARCIA, M. F.; ARAÚJO, E. C.; FAUSTINO, I. A.; ARAÚJO, E. L. SOUZA, G. R.** Crescimento econômico e primeiro emprego no Brasil: uma leitura para o período 1999-2010. XIII Encontro Regional de Economia. ANPEC SUL 2010. Porto Alegre/RS.



- HAIR Jr, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P.** Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Bookman, 2006.
- HILDEBRANDO, V.** Economia das pequenas empresas: aspectos econômicos e de gestão. Economia, Curitiba, v. 31, n.2 (29), p.47-72, jul./dez. 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php?idnivel=BR&idserie=SCN200>. Acesso em 29. jun. 2012.
- KEYNES, John M.** A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. 2 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).
- KUZNETS, S.** Notes on stage of economic growth as system determinant, population, capital and growth, W.W. Norton, New York, NY, 1973, pp.212-42.
- LOPES FILHO, M. S.** A importância do SIMPLES na geração de emprego na indústria de transformação do Estado do Ceará, no período de 1995-2006. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em Economia). CAEN, Universidade Federal do Ceará, UFC
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE).** Relação Anual de Informações Sociais. RAIS. Brasília: Base de Dados Estatísticos, 2009. CD ROM.
- MONTEIRO FILHA, D. C. CORRÊA.** A. O Complexo têxtil. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.
- NEVES, L.** A economia do pleno desemprego. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, 1997.
- PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G. da.** O crescimento do emprego formal nas metrópoles nordestinas (1996/2003). *In* O mercado de trabalho formal no Brasil. Júnior Macambira (Org.) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2006.
- PUGA, F. P.** O Apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas na Espanha, no Japão e no México. Rio de Janeiro: BNDES, 2002 (Texto para discussão nº 96).
- RODRIGUES, C.; MACHADO, A. F.** Criação e destruição de postos de trabalho nos estados de Minas Gerais e São Paulo. *In* O mercado de trabalho formal no Brasil. Júnior Macambira (Org.) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2006.
- ROMERO, T. E.** SIMPLES NACIONAL: repercussão na arrecadação do ICMS nas empresas cearenses. Fortaleza, 2009. Dissertação (Mestrado em Economia). CAEN, Universidade Federal do Ceará, UFC.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE.** Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas. Brasília, 2011.
- SILVA, A. S. B. da.; ALMEIDA, M. B.; SOARES, F. A.** O SIMPLES e a geração de empregos no setor manufatureiro brasileiro no período de 1985-2003. *In* O mercado de trabalho formal no Brasil. Júnior Macambira (Org.) Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2006.
- SILVA, A. S. B. da; MARQUES, C. S. E.** Crescimento econômico, emprego formal e MPes: uma análise de suas relações e evoluções nas metrópoles brasileiras. *In*: I Encontro Científico de Economia do Sul de Minas (IEESM). Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Itajubá, MG, 2010.
- VIANA, F. L. E.** A Indústria têxtil e de confecções no nordeste: características, desafios e oportunidades. Documentos do ETENE, Fortaleza, n.06, 2005, 68p.
- VILELA, A.** As micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: BNDES, 1994, 23 p. (Texto para Discussão, 17).
- WORLD BANK.** Is small beautiful and worth of subsidy? Literature Review. 2003. Disponível em: <<http://rru.worldbank.org/Documents/PapersLinks/TylersPaperonSMEs.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.